

# Plano de Pormenor do Rogel

*(elaboração)*



## Qualificação da elaboração do PPR para efeitos de sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica

Silves, abril de 2025

versão 1

## ÍNDICE

	Pág.
1. Enquadramento	3
2. Qualificação de um plano territorial municipal para efeitos de sujeição a AAE	4
2.1. Critérios gerais de qualificação	4
2.2. Critérios específicos de qualificação	6
2.2.1. Caraterísticas do plano	7
2.2.2. Caraterísticas dos impactes e da área suscetível de ser afetada	8
3. Conclusão	10
4. Legislação	12

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figuras	Pág.
1. Critérios para a qualificação de um plano para efeitos de sujeição a AAE	4

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadros	Pág.
1. Critérios gerais para a qualificação de um plano para efeitos de sujeição a AAE	5
2. Critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente	6
3. Probabilidade de o PPR vir a ter “efeitos significativos no ambiente” - Caraterísticas do plano	11
4. Probabilidade de o PPR vir a ter “efeitos significativos no ambiente” - Caraterísticas dos impactes e da área suscetível de ser afetada	11

## 1. ENQUADRAMENTO

O princípio da prevenção, no que concerne aos efeitos ambientais de planos, encontra no Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE)<sup>1</sup> a sua materialização efetiva. Assegura-se, deste modo, que “as consequências ambientais de um determinado plano (...) produzido ou adoptado por uma entidade no uso de poderes públicos são previamente identificadas e avaliadas durante a fase da sua elaboração e antes da sua adopção” (preâmbulo do RJAAE).

Esta “avaliação ambiental” é assumida pelo próprio RJAAE como “um processo contínuo e sistemático, que tem lugar a partir de um momento inicial do processo decisório público, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspectivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projectos, assegurando a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa” (Ibidem).

A articulação deste princípio (e procedimento) com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)<sup>2</sup> resulta na incorporação, nos processos de elaboração<sup>3</sup> dos planos territoriais municipais, do procedimento de AAE.

No entanto, nem todos os planos territoriais municipais estão sujeitos a avaliação ambiental estratégica. Com efeito, da leitura integrada do artigo 3.º do RJAAE e do n.º 1 do artigo 78.º do RJIGT, resulta que a qualificação de um plano municipal como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente deverá ser determinada (por via da sua qualificação para esse fim) tendo por base um conjunto de critérios definidos no RJAAE.

É precisamente este o objetivo do presente relatório que, enquadrado no procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Rogel (PPR), visa **aferir da sujeição da elaboração do referido plano a Avaliação Ambiental Estratégica**, face ao quadro jurídico atual e atendendo ao teor dos termos de referência.

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

<sup>3</sup> E demais procedimentos de dinâmica dos IGT (vd. artigos 115.º a 127.º do RJIGT).

## 2. QUALIFICAÇÃO DE UM PLANO TERRITORIAL MUNICIPAL PARA EFEITOS DE SUJEIÇÃO A AAE

Numa leitura sistemática do RJAAE pode-se diferenciar os critérios para a qualificação de um plano municipal para efeitos de sujeição a AAE em gerais<sup>1</sup> e específicos (vd. fig. 1), como a seguir se desenvolve.

Figura 1

Critérios para a qualificação de um plano para efeitos de sujeição a AAE



Fonte: adaptado de RJAAE

### 2.1. CRITÉRIOS GERAIS DE QUALIFICAÇÃO

Os critérios gerais estão definidos no n.º 1 do artigo 3.º do RJAAE e a sua aplicabilidade à elaboração do PPR está sistematizada no quadro 1.

<sup>1</sup> Assim definidos neste procedimento, na medida em que correspondem ao âmbito de aplicação da AAE (artigo 3.º do RJAAE).

### Quadro 1

#### Critérios gerais para a qualificação de um plano para efeitos de sujeição a AAE

CRITÉRIO A
Os planos e programas para os mais diversos setores de atividade, designadamente agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, ordenamento rural ou ainda utilização dos solos que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos sujeitos a procedimento de AIA, nos termos dos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000 <sup>1</sup> , de 03 de maio, que estabelece o regime de Avaliação de Impacte Ambiental, na sua redação atual.
<b>APLICABILIDADE:</b> Aplicável
De acordo com os termos de referência, atendendo à área a reclassificar e a sujeitar a urbanização e edificação, perspetiva-se a sujeição a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental da ocupação urbana a implementar. Com efeito, estando em causa “Operações de loteamento urbano, incluindo a construção de estabelecimento de comércio ou conjunto comercial e de parques de estacionamento” (alínea b) do ponto 10 do anexo II do RJAIA), a sujeição a AIA é obrigatória para áreas > 10ha. Ora, o PPR enquadra uma “operação de loteamento com área superior (23,8ha) ao definido no quadro legal vigente.
CRITÉRIO B
Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista Nacional de Sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devem ser sujeitos ao procedimento em apreço
<b>APLICABILIDADE:</b> Não aplicável
O PPAR não se inscreve em qualquer das áreas acima mencionadas.
CRITÉRIO C
Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelos critérios anteriores, constituem enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.
<b>APLICABILIDADE:</b> --
A verificação da qualificação do plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente é verificada por via dos critérios específicos. Veja-se, assim, o ponto 2.2

Fonte: adaptado de RJAEE

Desta análise, conclui-se que a elaboração do PPR enquadra-se no critério geral A de qualificação para efeitos de sujeição a AAE, e ainda no C, tal como se decorre da análise seguinte.

<sup>1</sup> Este diploma foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, pelo que a análise aqui efetuada incide no novo regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (vd. cap. 4).

## 2.2. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE QUALIFICAÇÃO

O RJAEE determina no seu anexo, por referência ao n.º 6 do seu artigo 3.º, os critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente de um plano (vd. quadro 2). Estes critérios encontram-se desagregados em dois domínios: as características do plano e as dos impactes e da área suscetível de ser afetada. Assim, é em função dessas características que o plano é qualificado (ou não) como sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica.

**Quadro 2**

Crítérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente

Caraterísticas dos planos	O grau em que o plano estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos;
	O grau em que o plano influencia outros planos, incluindo os inseridos numa hierarquia;
	A pertinência do plano para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;
	Os problemas ambientais pertinentes para o plano;
	A pertinência do plano para a implementação da legislação em matéria de ambiente.
Caraterísticas dos impactes e da área suscetível de ser afetada	A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;
	A natureza cumulativa dos efeitos;
	A natureza transfronteiriça dos efeitos;
	Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes;
	A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada;
	O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Caraterísticas naturais específicas ou património cultural;</li> <li>ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;</li> <li>iii) Utilização intensiva do solo;</li> </ul>
	Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.

Fonte: Adaptado de RJAEE

Incidindo a análise no PPR, e tendo por base os termos de referência para a sua elaboração, procede-se à verificação de cada um dos critérios que determinam a probabilidade de o PPR vir a ter “efeitos significativos no ambiente” e assim ser sujeito a AAE. Estrutura-se a análise em dois pontos, de acordo com o definido no anexo ao RJAAE.

### **2.2.1. CARATERÍSTICAS DO PLANO**

#### **1. O grau em que o plano estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos**

Considerando que se trata de um plano de pormenor, perspectiva-se que o PPR defina o regime de uso, ocupação e transformação do solo na sua área de intervenção. No caso concreto, no quadro dos termos de referência, perspectiva-se que o PPR venha regular o aproveitamento urbanístico de uma área territorial definindo, de entre outras variáveis, “o desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, a localização de equipamentos e zonas verdes, os alinhamentos, as implantações, a modelação do terreno e a distribuição volumétrica; a distribuição de funções, conjugações de utilizações de áreas de construção e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente, (...), número de pisos e altura total das edificações ou altura das fachadas; (...) a implantação das redes de infraestruturas, com delimitação objetiva das áreas que lhe são afetas; regulamentação da edificação, incluindo os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva, bem como a respetiva localização no caso dos equipamentos públicos” (n.º 1 do artigo 101.º do RJIGT).

#### **2. O grau em que o plano influencia outros planos, incluindo os inseridos numa hierarquia**

Atendendo ao dever de coordenação interna (artigos 22.º e 23.º do RJIGT) e à dinâmica dos planos territoriais municipais, a elaboração do PPR irá determinar a alteração (por adaptação) do PDM de Silves, na medida em que se apresentará como desconforme com o mesmo, por via, designadamente, da classificação e qualificação do solo.

### **3. A pertinência do plano para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável**

Tratando-se de um plano que visa enquadrar funcionalmente a ampliação do aglomerado de Alcantarilha, numa lógica de multifuncionalidade, e num cenário com valores naturais e patrimoniais relevantes, a integração dos princípios de desenvolvimento sustentável e as considerações ambientais a eles associadas serão uma componente importante na elaboração, implementação e gestão do plano.

### **4. Os problemas ambientais pertinentes para o plano**

Os usos a prever por via do PPR, designadamente as suas especificidades ambientais, serão definidos no âmbito do plano. Porém, é possível identificar, nesta fase, não problemas ambientais, mas variáveis com incidência ambiental a equacionar. De entre estas podemos destacar:

- a) as questões do ruído associadas à localização do plano (contíguo à A22), às atividades em si, mas também às condições de circulação que venham a ser definidas;
- b) a infraestruturização da área, concretamente a sua integração na rede municipal de infraestruturas existente;
- c) a tipologia de usos admitidos, designadamente a compatibilidade de usos com a envolvente.

### **5. A pertinência do plano para a implementação da legislação em matéria de ambiente**

Do definido nos termos de referência e atendendo às funcionalidades existentes e previstas, perspetiva-se que os usos a implementar na área do plano tenham alguma pertinência para a implementação da legislação em matéria de ambiente, designadamente no domínio dos resíduos, da transição energética ou da eficiência hídrica.

## **2.2.2 CARATERÍSTICAS DOS IMPACTES E DA ÁREA SUSCETÍVEL DE SER AFETADA**

### **1. A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos**

Considerando que o PPR perspetiva a definição dos usos admitidos e a urbanização e edificação da sua área de intervenção, assume-se que os seus efeitos (antropização da área e instalação e funcionamento dos diferentes usos com os consequentes efeitos na base económica e social local e regional) serão prováveis, duradouros e alguns dos quais irreversíveis (ou pelo menos de difícil reversibilidade).

## **2. A natureza cumulativa dos efeitos**

Atendendo ao estabelecido nos termos de referência da elaboração do PPR, poderão ocorrer efeitos cumulativos.

## **3. A natureza transfronteiriça dos efeitos**

De acordo com a informação disponível, não se perspetiva uma natureza transfronteiriça dos efeitos, a não ser a decorrente de uma eventual área de influência transfronteiriça das atividades económicas a instalar, designadamente no domínio da saúde.

## **4. Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes**

A contiguidade à A22 constitui certamente o principal risco para a saúde humana, pelo que deverá ser objeto de uma atenção cuidada na elaboração do plano. Do ponto de vista da sensibilidade ambiental destaca-se a presença de um troço da Ribeira de Alcantarilha cuja viabilidade ecológica e habitat deverá ser preservado e até mesmo valorizado com a elaboração do plano. Cabe assim, no âmbito do procedimento de elaboração do plano, acautelar as condições necessárias para garantir a eliminação dos eventuais riscos ou a sua mitigação.

É nesta lógica que os termos de referência definem, como base programática do PPR, a não admissão de “usos suscetíveis de causar impactes negativos ou inconvenientes para o ambiente, a saúde pública ou a livre circulação de pessoas e bens”. Acresce ainda que é no domínio da AAE que se procede à ponderação de alternativas e de diferentes perspetivas de desenvolvimento a integrar na programação territorial.

## **5. A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada**

Perspetiva-se que os efeitos económicos e sociais da concretização deste plano tenham uma expressão local, municipal e regional, pelo que a população suscetível de ser afetada oscile entre os 4.995, 37.766 e os 467.343<sup>1</sup>, respetivamente.

---

<sup>1</sup> Estes dados correspondem à população residente na freguesia de São Bartolomeu de Messines, no concelho de Silves e na região do Algarve, respetivamente, de acordo com o recenseamento da população de 2021. Há, contudo, que referir que, atendendo ao peso do turismo na região, a população potencialmente afetada pelos efeitos económicos e sociais desta alteração será significativamente superior.

## **6. O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:**

### **6.1. Características naturais específicas ou património cultural;**

Das características naturais da área a ser afetada destaca-se a relevância ambiental da Ribeira de Alcantarilha e suas margens, a par com a morfologia do setor E do plano onde se verifica um declive mais acentuado. Daqui resulta a integração, na área de intervenção do plano, de solos afetos à Reserva Agrícola Nacional, na contiguidade da Ribeira de Alcantarilha, e de solos afetos à Reserva Ecológica Nacional, designadamente por via das zonas ameaçadas pelas cheias.

Do ponto de vista do património cultural há a destacar alguns elementos do património rural tradicional e um Sítio arqueológico do Código Nacional de Sítios.

### **6.2. Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;**

Não se perspetiva a ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental, antes pelo contrário, perspetiva-se um padrão de qualidade ambiental elevado.

### **6.3. Utilização intensiva do solo;**

Perspetiva-se com o PPR a afetação do solo a urbanização e edificação, pelo que a utilização do solo deverá ser urbanística. Acresce referir que se advoga uma utilização faseada, de forma a garantir a sua efetiva sustentabilidade, racionalizando o investimento e a própria “utilização intensiva do solo”.

## **7. Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.**

A área de intervenção do PPR não integra nenhuma área ou paisagem protegida, por esse motivo, não se perspetiva a existência de qualquer efeito sobre as mesmas.

## **3. CONCLUSÃO**

Mediante a análise efetuada, e que agora se sintetiza nos quadros 3 e 4, é possível concluir que a elaboração do PPR deverá ser qualificada como sujeita a procedimento de avaliação ambiental estratégica.

### Quadro 3

Probabilidade de o PPR vir a ter “efeitos significativos no ambiente” - Caraterísticas do plano

Caraterísticas dos planos	Probabilidade
O grau em que o plano estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos.	Elevada
O grau em que o plano influencia outros planos, incluindo os inseridos numa hierarquia.	Média
A pertinência do plano para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável.	Média
Os problemas ambientais pertinentes para o plano.	Média
A pertinência do plano para a implementação da legislação em matéria de ambiente.	Média

### Quadro 4

Probabilidade de o PPR vir a ter “efeitos significativos no ambiente” - Caraterísticas dos impactes e da área suscetível de ser afetada

Caraterísticas dos impactes e da área suscetível de ser afetada	Probabilidade
A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos.	Elevada
A natureza cumulativa dos efeitos.	Média
A natureza transfronteiriça dos efeitos.	Reduzida
Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes.	Média
A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada.	Média
O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Caraterísticas naturais específicas ou património cultural,</li> <li>ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental,</li> <li>iii) Utilização intensiva do solo.</li> </ul>	Média
Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.	Nula

## 4. LEGISLAÇÃO

Aviso 33/2021, de 04 de janeiro. Plano Diretor Municipal de Silves.

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Consagra a obrigatoriedade dos Planos e Programas serem sujeitos a Avaliação Ambiental.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelos Decretos-Lei n.º 20/2020, de 01 de maio, 81/2020, de 02 de outubro, 25/2021, de 29 de março, 45/2022, de 08 de julho, 16/2024, de 19 de janeiro e 117/2024, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 53-A/2025, de 09 de abril. Estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, 179/2015, de 27 de agosto, 37/2017, de 02 de junho, 152-B/2017, de 11 de dezembro, 102-D/2020, de 10 de dezembro, 11/2023, de 10 de fevereiro, 87/2023, de 10 de outubro e 99/2024, de 03 de dezembro, alterado pelas leis n.º 37/2017, de 02 de junho, 75-B/2020, de 31 de dezembro e 12/2022, de 27 de junho. Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto e pelos Decretos-Lei n.º 20/2020, de 01 de maio, 03/2021, de 07 de janeiro e 52/2021, de 15 de junho. Estabelece a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 03 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 85-C/2007, de 02 de outubro, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2007, de 28 de dezembro. Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve.